



Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, atendendo aos preceitos legais, estatutários e ao seu compromisso com a transparência, apresenta os principais resultados alcançados em 2025, trazendo à sociedade, a seus colaboradores, ao Conselho de Administração e à Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração, no qual estão resumidos os principais resultados, assim como as Demonstrações Financeiras exigíveis, acompanhadas ainda do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

O ano que passou foi particularmente desafiador para a ALGÁS, face o desempenho do mercado, fortemente impactado pela redução de volume de seu principal cliente, o que exigiu um esforço

2. VISÃO GERAL DA EMPRESA

A Gás de Alagoas S/A - ALGÁS é uma sociedade anônima (S.A.) constituída em 1993 sob a forma de sociedade de economia mista de capital fechado, tendo como objeto a prestação de serviços de distribuição de gás canalizado, concedida à empresa, mediante contrato de concessão celebrado com o Estado de Alagoas, com exclusividade dos serviços de distribuição e vigência de 50 anos.

2.1. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A composição acionária da ALGÁS possui a configuração expressa no Quadro 01 a seguir.

ACIONISTA	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado de Alagoas	58,12%	14,53%	29,06%
Norgás S/A	17,38%	35,47%	29,44%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	50,00%	41,50%
Total	100,00%	100,0%	100,0%

2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa da ALGÁS está estruturada em conformidade com a Lei 13.303/2016, sendo composta pela Assembleia Geral de Acionistas (três membros), Conselho de Administração (oito membros), Conselho Fiscal (cinco membros) e Diretoria Executiva (três membros), indicados pelos acionistas. A Companhia ainda possui Comitê Estatutário de Elegibilidade e Comitê de Auditoria Estatutário para dar suporte às funções de fiscalização e auditoria.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ambiente regulatório do gás natural em Alagoas avançou para um novo nível de maturidade com a regulamentação da Lei nº 9.029/2023 e a ALGÁS participou ativamente das discussões, trazendo contribuições decisivas. Os principais pontos da lei regulamentados em 2025 foram:

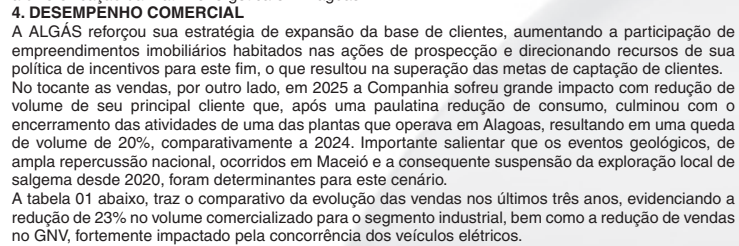
- Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), assegurando transparência, isonomia e previsibilidade econômica.
- Padronização do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), incluindo a criação de modalidades mais flexíveis, adequadas às necessidades dos agentes de mercado.
- Definição das regras para o acordo operacional entre os participantes, disciplinando aspectos como programação, medição e balanceamento, fundamentais para a segurança e eficiência do sistema.
- Aprimoramento da regulamentação da conta gráfica.
- Regulamentação do biometano, com a definição de critérios para sua inserção na rede e parâmetros econômicos, alinhando o estado às tendências de transição energética.

Com esse conjunto de medidas, 2025 marcou a transição de um modelo normativo para um ambiente regulatório operacional, na expectativa de atrair investimentos, estimular a competitividade e promover a diversificação da matriz energética em Alagoas.

4. DESEMPENHO COMERCIAL

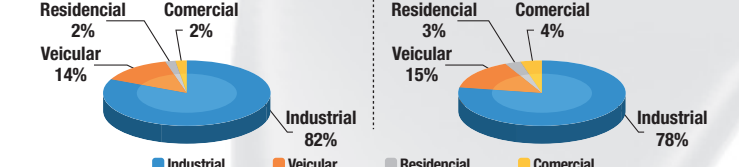
A ALGÁS reforçou sua estratégia de expansão da base de clientes, aumentando a participação de empreendimentos imobiliários habitados nas ações de prospecção e direcionando recursos de sua política de incentivos para este fim, o que resultou na superação das metas de captação de clientes. No tocante às vendas, por outro lado, em 2025 a Companhia sofreu grande impacto com redução de volume de seu principal cliente que, após uma paulatina redução de consumo, culminou com o encerramento das atividades de uma das plantas que operava em Alagoas, resultando em uma queda de volume de 20%, comparativamente a 2024. Importante salientar que os eventos geológicos, de ampla repercussão nacional, ocorridos em Maceió e a consequente suspensão da exploração local de salgema desde 2020, foram determinantes para este cenário.

A tabela 01 abaixo, traz o comparativo da evolução das vendas nos últimos três anos, evidenciando a redução de 23% no volume comercializado para o segmento industrial, bem como a redução de vendas no GNV, fortemente impactado pela concorrência dos veículos elétricos.



Segmento	2022		2023		2024		2025	
	Volume (m³/dia)	Variação (%)	Volume (m³/dia)	Variação (%)	Volume (m³/dia)	Variação (%)	Volume (m³/dia)	Variação (%)
Industrial	525.307	-6,53%	491.013	-6,46%	408.088	-16,89%	312.354	-23,46%
Veicular	93.318	-16,03%	78.357	-16,03%	66.473	-15,17%	59.624	-11,85%
Residencial	12.758	2,20%	13.039	2,20%	13.338	2,29%	13.834	3,72%
Comercial	12.586	5,57%	13.287	5,57%	13.097	-1,43%	13.872	5,91%
Total	643.969	-7,50%	595.697	-7,50%	500.996	-15,90%	399.893	-20,22%

A significativa redução de volume no segmento industrial alterou ligeiramente o perfil de vendas da ALGÁS, com redução da participação do segmento industrial, saindo de 82% em 2022 para 78% em 2025 e crescimento relativo dos segmentos de varejo, saindo de 4% para 7% em 2025. Os Gráficos 01 e 02 apresentam o perfil das vendas em 2022 e 2025.



Como pode-se observar pelo Gráfico 02, o segmento industrial continua respondendo pela maior fatia do mercado da ALGÁS, de modo que o volume total de gás comercializado é diretamente influenciado pelo comportamento das vendas para este segmento.

Como fruto da estratégia de captação de clientes, neste período, observa-se um crescimento consistente nos segmentos de varejo, cuja dinâmica proporcional à ALGÁS manter a consistência de sua estratégia e posicionamento de mercado. A tabela 02 abaixo mostra como esta evolução se deu nos últimos três anos.

Segmento	2022		2023		2024		2025	
	Clientes (m³/dia)	Variação (%)	Clientes (m³/dia)	Variação (%)	Clientes (m³/dia)	Variação (%)	Clientes (m³/dia)	Variação (%)
Industrial	38	13,16%	43	13,16%	46	6,98%	48	4,35%
Veicular	34	0,00%	34	0,00%	33	-2,94%	32	-3,03%
Residencial	58.391	60,867	60,867	4,24%	63.251	3,92%	67.751	7,11%
Comercial	738	694	732	-7,32%	732	7,02%	764	4,37%
Total	59.201	61,628	61,628	4,10%	64,062	3,95%	68,599	7,08%

O segmento industrial encerrou o ano com 48 unidades usuárias, conforme representado na Tabela 02, resultando no incremento 02 novas unidades. Entretanto a demanda de gás natural para este segmento, em relação ao ano de 2024, sofreu uma redução de aproximadamente 23%, equivalente ao volume de 96 mil m³/dia, devido em maior parte ao encerramento das atividades de uma das unidades de seu principal cliente.

Outros setores tiveram aumento da demanda, valendo destacar a indústria cerâmica que teve um aumento de 23% em 2025 em relação a 2024. A participação nos diferentes setores da indústria no segmento industrial está apresentada no Gráfico 03 abaixo.

adicional para manter sua estratégia de expansão de mercado e alcançar bons resultados. Tais esforços resultaram na ampliação da sua carteira de clientes que passou de 64.062 unidades usuárias em 2024 para 68.595 unidades usuárias em dezembro de 2025, abrangendo os segmentos industrial, comercial, residencial e gás natural veicular.

Os investimentos do ano totalizaram R\$ 31,9 milhões, os quais foram distribuídos em expansão e modernização da rede e em investimentos em tecnologia da informação. Neste sentido, a rede acumulada totalizou 660 km até 2025, sendo 255 km em aço, para a composição da rede estruturante e atendimento a clientes de grande porte e os 404 km restantes, construídos em PEAD (polietileno de alta densidade) para atendimento ao mercado de médio e pequeno porte.

O desafio imposto à ALGÁS em 2025 repercutirá para os próximos anos, nos quais as ações de gestão se concentrarão na redução de custos e prospecção de novos mercados, visando primordialmente, a sustentabilidade da Companhia, mantendo-se integrada aos vetores de desenvolvimento do Estado e garantindo seu papel na transição energética. Suas ações permanecerão fundamentadas na governança corporativa e respeito à legislação vigente.

Aos Acionistas, Colaboradores, Clientes e Fornecedores, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

José Ediberto de Omena
Diretor Presidente

8. SUSTENTABILIDADE - BIOMETANO

A ALGÁS concluiu em 2025 sua primeira chamada pública para aquisição de biometano, obtendo o seguinte resultado: foram declaradas vencedoras as empresas ORIZON BIOMETANO MACEIÓ LTDA e SHELL ENERGY DO BRASIL LTDA, com volumes ofertados de 38.000 m³/dia e de até 100.000 m³/dia, respectivamente.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de tratativas negociais para definição do modelo de negócio aplicável, incluindo alternativas como comercialização no mercado livre, fornecimento via concessionária ou operações estruturadas de swap. Paralelamente, serão conduzidas as etapas necessárias à viabilização dos investimentos em produção e interconexão.

Considerando os prazos associados à implantação dos empreendimentos, a expectativa é de início do fornecimento de biometano entre meados de 2027 e o início de 2028, consolidando o avanço da ALGÁS na diversificação do suprimento e na incorporação de fontes renováveis.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações de responsabilidade social corporativa da ALGÁS permeiam suas operações, buscando minimizar os impactos sobre meio ambiente e a sociedade. Além disso, a Companhia dispõe de uma Unidade Cidadania Corporativa que visa direcionar recursos financeiros e humanos para ações relacionadas à responsabilidade social, por meio de apoio a projetos sociais de Alagoas.

Os recursos de patrocínio totalizaram R\$ 221 mil e foram destinados a projetos de incentivo ao esporte, patrocínio para atletas vinculados à ADEFAL (Associação dos Deficientes de Alagoas), projetos de reconhecimento de personalidades que contribuíram com o desenvolvimento de Alagoas, como os prêmios Selma Brito e Selma Bandeira, além de patrocínio a entidades parceiras, como Sinduscon, ADEM, CREA e Abrasel.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

10. EQUIPADO SALARIAL E GÊNERO

Atendendo às disposições da Lei nº 15.177/2025, que estabelece diretrizes para promoção da equidade entre homens e mulheres no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, a ALGÁS apresenta a seguir a análise referente à composição de seu quadro funcional, remuneração e governança, considerando os exercícios de 2024 e 2025.

A Companhia mantém, como princípio fundamental de sua política de gestão de pessoas, a isonomia de oportunidades, de representatividade e de tratamento entre homens e mulheres. O ingresso de empregados na ALGÁS ocorre exclusivamente mediante concurso público para empregados dos cargos permanentes, assegurando critérios objetivos e impessoais tanto para seleção quanto para enquadramento salarial. Para empregados ocupantes dos cargos e comissão, o ingresso ocorre por meio de processo seletivo técnico e estruturado, com vistas a considerar além de empregados concursados, também profissionais de mercado.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

11. TENDÊNCIAS DE GÊNERO

Atendendo às disposições da Lei nº 15.177/2025, que estabelece diretrizes para promoção da equidade entre homens e mulheres no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, a ALGÁS apresenta a seguir a análise referente à composição de seu quadro funcional, remuneração e governança, considerando os exercícios de 2024 e 2025.

A Companhia mantém, como princípio fundamental de sua política de gestão de pessoas, a isonomia de oportunidades, de representatividade e de tratamento entre homens e mulheres. O ingresso de empregados na ALGÁS ocorre exclusivamente mediante concurso público para empregados dos cargos permanentes, assegurando critérios objetivos e impessoais tanto para seleção quanto para enquadramento salarial. Para empregados ocupantes dos cargos e comissão, o ingresso ocorre por meio de processo seletivo técnico e estruturado, com vistas a considerar além de empregados concursados, também profissionais de mercado.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de todos os cargos é definida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que estabelece faixas e progressões com base no cargo ocupado, sem qualquer distinção por sexo ou gênero. Esse modelo de gestão garante que não haja diferenciação salarial decorrente de características individuais, reforçando práticas transparentes, equitativas e alinhadas aos princípios da Administração Pública. Assim, eventuais variações percentuais observadas entre a remuneração média de homens e mulheres decorrem de fatores como distribuição ocupacional, quantidade de empregados por nível funcional e diferentes padrões de progressão na carreira e não de políticas remuneratórias diferenciadas.

A ALGÁS mantém seu programa de incentivo ao voluntariado, no qual disponibiliza horas da jornada de trabalho dos colaboradores para atuação voluntária, como forma de contribuir com o desenvolvimento pessoal e da sociedade.

A remuneração de

continuação



Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 02 de setembro de 1993, a Gás de Alagoas S/A - ALGÁS ("companhia" ou "ALGÁS") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 5.400, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social prover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 (cinquenta) anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil observando as diretrizes críticas referentes às políticas contábeis adotadas (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da companhia. Todas as informações financeiras em "Real" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **•** Notas explicativas nºs 3.d e 5 - Provisão para perda na realização do contas a receber. **•** Notas explicativas nºs 3.c e 11 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível. A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, em 27 de fevereiro de 2023. **3. Resumo das principais práticas e políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros não derivativos:** i. Ativos financeiros não derivativos: A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou com fluxos de caixa variáveis, incluindo os seguintes ativos: títulos negociados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da companhia. Tendo em vista o curto prazo para realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente, pela administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. ii. Estoques: Os estoques são compostos, por volume de gás disponível na rede da Companhia e por materiais destinados à operação, manutenção e expansão da rede de distribuição de gás natural, incluindo tubulações, conexões, válvulas, reguladores, medidores e itens de almoxarifado. iii. Ativos e Passivos Setoriais: A Companhia, na condição de concessionária de serviço público de distribuição de gás natural, reconhece ativos e passivos regulatórios decorrentes das diferenças temporárias entre os custos e receitas efetivamente incorridos e aqueles considerados nos processos tarifários definidos pela agência reguladora competente. Esses saldos incluem, principalmente: variações no custo de aquisição do gás natural; diferenças de volume (mercado realizado versus projetado); encargos e componentes financeiros regulatórios; ajustes tarifários decorrentes de revisões e reajustes periódicos. O reconhecimento observa as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e a OCPG 08 - Ativos e Passivos Regulatórios. A realização desses valores ocorre por meio de sua inclusão nas tarifas futuras, conforme os mecanismos de revisão e reajuste tarifário, podendo sofrer atualização monetária conforme previsto na legislação aplicável. iv. Passivos financeiros não derivativos: A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. A companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes, no qual estes estão obrigados a retribuir mínima de gás, quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás e a companhia emite cobrança adicional de aplicação da tarifa de venda, cuja diferença entre o valor contábil mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente foi verificado, sendo este valor recuperável pelas unidades usuárias clientes; dessa forma, a companhia registra um passivo decorrente desse *take-or-pay* e desconta em faturas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir, o valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração da tarifa de venda do gás. **Ativos e Passivos Regulatórios:** A realização desses valores ocorre por meio de sua inclusão nas tarifas futuras, conforme os mecanismos de revisão e reajuste tarifário, podendo sofrer atualização monetária conforme previsto na legislação aplicável. **b. Instrumentos financeiros não derivativos:** A companhia não opera, no exercício, com instrumentos financeiros derivativos. **c. Imobilizado:** A Companhia, em seu pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Esse pronunciamento requer a avaliação, na data de início dos contratos, para determinar se estes contêm um arrendamento, ou seja, se transmitem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Nos casos em que o contrato é caracterizado como arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, o qual é depreciado ao longo do prazo do contrato, bem como um passivo de arrendamento, correspondente à obrigação de efetuar os pagamentos futuros. Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrem, principalmente, da execução do contrato de arrendamento de sua sede administrativa. **d. Intangível:** Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão. A companhia tem assinado com o estado de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários de gás, a qual deve refletir o custo de produção do gás, os custos de investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente. Além segundo o Contrato de Concessão, o poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPG 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da concessão, ou seja, em um prazo de 50 (de) anos, conforme estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de ativos intangíveis, a companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. Extra a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao poder Concedente, tendo a companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. **e. Avaliação do valor recuperável de ativos - Impairment:** Ativos financeiros (incluindo recebíveis) são avaliados pelo valor justo mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sob condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em falência ou de liquidação ou desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ii. Ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou alterações incorridas até a data de fechamento das demonstrações financeiras. Tendo em vista o curto prazo de realização do passivo, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um curso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:** A política de distribuição de resultados da Companhia observa as disposições da legislação societária brasileira e de seu Estatuto Social. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período em que são declarados, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) são reconhecidos de acordo com a legislação fiscal vigente, sendo registrados como distribuição de resultados aos acionistas, líquidos do imposto de renda retido na fonte, quando aplicável. Para fins fiscais, o JSCP é tratado como despesa dedutível, observado os limites legais. **h. Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas brutas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua contação. **i. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente:** O CPC 47 estabelece um modelo utilizado na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. De acordo com o referido Pronunciamento Técnico, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os administradores da companhia avaliaram as principais fontes de receita e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia mantém o tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. **j. CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A companhia adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, inclusive: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

k. CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) - Arrendamentos fornece a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas a época. Na data de início, a companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a companhia utilizou a taxa incremental para fins de adoção do CPC 06 (R2). Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração do passivo de arrendamentos são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamentos é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **L. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observ



Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido estava assim composto: i. **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 91.278 mil (R\$ 91.278 mil, em 31 de dezembro de 2024) composto por 1.105.471 mil ações sem valor nominal, sendo 368.491 mil ações ordinárias e 736.980 mil ações preferenciais sem direito a voto, todas de classe única sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendos mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia. ii. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social, totalizando em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 18.255 mil (R\$ 18.255 mil, em 31 de dezembro de 2024). iii. **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração da companhia, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O saldo existente nesta reserva, em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 12.138 mil (R\$ 8.559 mil, em 31 de dezembro de 2024), será utilizado para aumento de capital mediante aprovação em assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. iv. **Reserva para reinvestimento:** O benefício consiste em depósitos, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios. Em 2025 a companhia efetuou depósitos mensais para o incentivo fiscal de reinvestimento, de acordo com a Lei nº 5.508/1968, conforme nota explicativa nº 09. O valor correspondente ao incentivo fiscal será utilizado para aumento de capital deliberado em assembleia de acionista, sendo vedada a sua distribuição na forma de dividendos. **22. Conciliação da receita bruta e receita líquida da venda de gás e serviços:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de venda gás e serviços		
Gás Automotivo	76.583	87.014
Gás Industrial	305.617	385.055
Gás Residencial	38.841	35.753
Gás Comercial	27.157	25.042
Serviços	25	29
Subtotal	448.223	532.893
(-) Vendas canceladas	(8)	(149)
(-) Encargos setoriais	(2.428)	-
(-) Tributos sobre vendas	(70.895)	(79.947)
Receita líquida da venda de gás e serviços	374.892	452.797
Receita de Construção - ICPC 01(R1)	31.933	34.431

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas	282.328	349.857
Pessoal	7.972	7.794
Amortização	18.771	16.884
Outros	6.311	5.186
Total	315.382	379.521

O custo do gás natural por segmento (custo das mercadorias vendidas) foi o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Gás Automotivo	41.826	45.873
Gás Industrial	219.886	282.381
Gás Residencial	9.116	8.583
Gás Comercial	9.776	9.035
Outros	1.724	3.385
Total	282.328	349.857

24. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estavam assim compostas:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	17.126	16.643
Serviços de terceiros	4.111	4.055
Gerais e administrativas	2.137	1.510
Amortização/depreciação	1.743	1.967
Aluguéis	473	421
Viagens e representação	575	679
Outras	11.357	3.192
Total	37.522	28.467

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Estavam compostas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com penalidade contratual	702	1.291
Outras receitas - Indenização Braslem	20.496	102
Outras receitas	21.198	1.393
Despesas com penalidade contratual	-	(185)
Despesas estimativa de perdas c/réd. de liq. duvidosa	(362)	(202)
Prov. Contingência Trabalhista	(954)	(954)
Outras despesas	(14)	(141)
Outras despesas	(1.330)	(528)
Total	19.868	865

26. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras e as despesas financeiras estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras	6.295	6.699
Juros e multa	1.662	763
Outras receitas financeiras	474	465
Receitas financeiras	8.431	7.927
Juros e taxas sobre financiamentos	(26)	(318)
Juros, multa, descontos e veriação cambial	(542)	(288)
Outras despesas financeiras	(1.011)	(747)
Despesas financeiras	(1.579)	(1.353)
Total	6.852	6.574

27. Imposto de renda e contribuição social: Em 29 de novembro de 2019 foi expedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo 0135/2019, que concedeu a companhia o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicional não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 583.999,992 m³/ano, por um prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do ano calendário de 2019, encerrando em 31 de dezembro de 2028, considerando as atividades de produção, de tratamento e de

distribuição do gás natural em tubulações. Conforme disposição da Lei nº 11.638/2007, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado é transferida para a reserva de lucros, em atendimento ao item 15B do CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais. A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada: 1.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Adições e exclusões:	42.108	42.108	46.636	46.636
Provisões não dedutíveis/arrendamento JSCP	2.059	2.059	936	936
(9.062)	(9.062)	(7.281)	(7.281)	(7.281)
35.105	35.105	40.291	40.291	40.291
25%	9%	25%	9%	25%
8.752	3.159	10.048	3.626	3.626

Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL
 Adições e exclusões:
 Provisões não dedutíveis/arrendamento JSCP
 Alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL
 IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Incentivo Fiscal PAT	(101)	(76)
Imposto de renda corrente	8.651	3.159
(-) Incentivos fiscais SUDENE	(3.579)	(7.846)
Imposto de renda e contribuição social devidos	5.072	3.159
1.2- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.126	3.626

A Companhia reconhece imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para contingências trabalhistas, conforme disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. As provisões para contingências trabalhistas são constituídas quando há obrigação presente decorrente de eventos passados e seja provável a saída de recursos, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em razão disso, a Companhia reconhece ativo fiscal diferido, à alíquota combinada de 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL), sobre o saldo das provisões consideradas dedutíveis no futuro. A composição dos tributos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências passivas/trabalhistas	954	954
Total	954	954

IRPJ Diferido 238
 CSLL Diferida 86
Total 324

28. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade dessas ações. A companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. Não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	34.200	40.883
Total de ações ordinárias e preferenciais (qtde/mil)	1.105.471	1.105.471
Lucro/ação	0,031	0,037

29. Transações com partes relacionadas: A companhia efetuou operações com partes relacionadas e cujos principais saldos e transações estão resumidas a seguir:

	Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.		Estado de Sergipe/AL		UNCISAL		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Ativo Circulante							
Contas a receber/Clientes	-	-	-	-	-	-	489 395 489 395
Total do ativo	-	-	-	-	-	-	489 395 489 395
Passivo circulante							
Dividendos/JSCP a pagar	2.268	2.290	3.197	3.228	2.633	2.260	- 8.098 7.778
Total do passivo	2.268	2.290	3.197	3.228	2.633	2.260	- 8.098 7.778

As relações existentes entre a companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas: **Estado de Alagoas:** Acionista da companhia com participação de 29,06% do capital social. Indica o diretor presidente, cujo pagamento é realizado diretamente pela companhia ao ocupante do cargo. procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em assembleia geral de acionistas da companhia. **SESAU/UNCISAL/SECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO:** Mantém com a companhia relações comerciais, como cliente do segmento comercial. Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.: Acionista da companhia com participação de 41,50% do capital social. Indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em assembleia geral de acionistas da companhia. **30. Remuneração dos administradores e conselheiros:** A companhia possui 3 (três) diretores, sendo um diretor presidente, uma diretora administrativa e financeira e um diretor técnico e comercial. O conselho de administração é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) de indicação do acionista Estado de Alagoas, 1 (um) indicado pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. - MGEEL, 1 (um) indicado pelo acionista Norgás S/A, 1 (um) indicado pelos acionistas minoritários, e o conselheiro empregado eleito por voto direto dos empregados da companhia. O valor de seus honorários é fixado em assembleia de acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a despesa com honorários dos diretores administradores somou R\$ 1.532 mil (R\$ 1.458 mil, em 2024), com o conselho de administração o montante de R\$ 678 mil (R\$ 627 mil, em 2024) e o conselho fiscal o valor de R\$ 305 mil (R\$ 247 mil, em 2024). **31. Instrumentos financeiros:** No período findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas. Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo classificados, principalmente, na categoria de custo amortizado, em função das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios adotado pela Companhia. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, tampouco operações com derivativos no período. As políticas contábeis

aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros estão descritas nas respectivas notas explicativas. As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A administração, de acordo com a política interna da companhia, apenas poderá manter depósitos à vista ou investimentos com instituições financeiras estatais, desde que elas atendam aos critérios mínimos de classificação de riscos fixados internamente, excepcionalmente a companhia poderá manter depósitos à vista em instituições privadas, quando necessário para a obtenção de empréstimos bancários, constituição de garantias para empréstimos e constituição de conta garantida. A companhia tem risco de concentração em um único cliente no percentual estimado de 60% de suas vendas. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da companhia incorrer em perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A companhia não capta recursos no mercado financeiro, à exceção do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, conforme nota explicativa nº 16, para financiamento de obras de infraestrutura de porte, o qual foi liquidado em 2025. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros, e que a companhia utiliza para financiar suas operações. **Derivativos:** A companhia não operou com derivativos no exercício e não possui correlatos de derivativos em aberto na data dessas demonstrações financeiras. **32. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:** De acordo com o Contrato de Concessão para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Alagoas, firmado entre a companhia e o Estado de Alagoas, são obrigações da concessionária: • Realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido não forma a atender a demanda nos prazos e nos quantitativos cujos estudos de viabilidade econômica justificarem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido; • Prestar serviço adequado na forma prevista no contrato e nas normas técnicas aplicáveis; • Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão; • Cobrar as tarifas na forma fixada no contrato; • Prestar contas da gestão do serviço à concedente e aos usuários nos termos definidos no contrato; • Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços; e • Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso em qualquer época, às obras e instalações compreendidas na concessão, bem assim aos respectivos registros contábeis. A companhia tem cumprido com os compromissos e obrigações vinculados ao contrato de concessão.

33. Cobertura de Seguros: A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram disponibilizados e/ou examinados pelos nossos auditores independentes. O montante da cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, cobrindo eventuais reclamações de terceiros, relativo às atividades de distribuição de gás natural da companhia é de R\$ 5.000 mil, a partir de 30 de dezembro de 2024, em garantia única, com vencimento da apólice em 30 de dezembro de 2024, a qual foi renovada (contratada) e com novo vencimento em 30 de dezembro de 2026. Na modalidade de riscos nomeados, para cobertura do seu sistema de distribuição de gás natural, conta com um seguro que cobre incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, com Limite Máximo de Indenização da Cobertura Básica de R\$ 12.000 mil, com a seguinte distribuição: (a) Limite Máximo de Indenização - R\$ 2.000 mil, exclusivamente para cobertura do local ETC PILLAR e CROMATOGRFAO; (b) Limite Máximo de Indenização - R\$ 1.000 mil, para cobertura dos demais locais; (c) Limite Máximo de Indenização - R\$ 1.000 mil, para cobertura do almoxarifado de peças e sobressalentes localizado à Rua. Eng. Isaac Gondim, s/n, Jardim Petrópolis, lotes 5/6, Q. AE, Maceió/AL e (d) Limite Máximo de Indenização - R\$ 8.000 mil, para cobertura do almoxarifado de peças e sobressalentes localizado à Rua Artur Vital da Silva, 7, Gruta de Lourdes, Maceió/AL. Conta também com a cobertura adicional de tumultos, greves, lockouts, saques e atos dolosos em R\$ 200, e cláusula adicional para inclusões e/ou exclusões de bens e/ou locais e/ou alterações de valores, no montante de R\$ 1.000 mil. O valor em risco para fins de seguro é de R\$ 397.485 mil e com vencimento da apólice em 29 de junho de 2026. A companhia possui seguro de vida em grupo para seus empregados correspondente a: • Morte natural ou acidental - 24 salários; • Invalidez permanente total ou parcial por acidente - 48 salários; • Indenização especial por morte acidental - 24 salários; • Invalidez funcional permanente total por doença - 24 salários; • Indenização especial por morte acidental (cônjuge) - 12 salários; • Indenização especial por morte (filhos) - 06 salários. • Garantia funeral familiar (titular): R\$ 7. 34. **Eventos subsequentes:** Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação da Lei Complementar nº 214/2025, que instituíram o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos dessas alterações sobre suas operações. O novo regime tributário prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como ICMS, ISS, PIS e COFINS, pelos referidos IBS e CBS, com início do período de transição a partir de 1º de janeiro de 2026, mediante aplicação de alíquotas reduzidas e caráter predominantemente informativo. Considerando que a vigência operacional do novo modelo ocorrerá após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, os efeitos decorrentes da Reforma Tributária não impactam as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo nessa data, sendo, portanto, caracterizados como evento subsequente que não requer ajuste, nos termos das normas contábeis aplicáveis. A Administração acompanha a edição dos atos infralegais e a regulamentação complementar necessária à plena implementação do novo sistema tributário, incluindo aspectos relacionados à emissão de documentos fiscais eletrônicos específicos, à apuração dos tributos e à apropriação de créditos, e avaliará oportunamente os impactos econômicos, financeiros, operacionais e sistêmicos que poderão decorrer a partir do exercício de 2026. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte com os regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Após a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não é possível mensurar de forma confiável os efeitos quantitativos da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia, os quais serão reconhecidos e divulgados conforme aplicável, à medida que a legislação seja integralmente regulamentada e implementada. Exceto quanto ao assunto acima mencionado, até o fechamento das demonstrações financeiras em 09 de março de 2026, não foram identificados outros eventos significativos que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras para refletir eventos. A administração da companhia continuará monitorando eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações financeiras para garantir que todas as informações relevantes sejam devidamente divulgadas e refletidas, conforme necessário.

Maceió/AL, 09 de março de 2026


José Ediberto de Omena
Diretor Presidente

Diretoria

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

Fábio Eduardo Morgado
Diretor Técnico e Comercial


Contador

José Edmar Alves Correia
Contador - CRC/AL 003723-0-9


Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou (I) o Relatório de Administração e Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), as Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) e Notas Explicativas, assim como o Relatório da Auditoria Independente BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, datado de 09 de março de 2026, sem ressalvas,

todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (II) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, entendendo este Conselho Fiscal que os itens acima referidos estão em conformidade com as normas legais aplicáveis, à situação patrimonial e financeira da Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS e ao resultado de suas atividades, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da GÁS DE ALAGOAS S.A. - ALGÁS - Maceió - AL. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da GÁS DE ALAGOAS S.A. - ALGÁS ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GÁS DE ALAGOAS S.A. - ALGÁS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à GÁS DE ALAGOAS S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprido com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Entese: Benefício fiscal - IRPJ - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):** De acordo com a nota explicativa às demonstrações financeiras nº 27 Imposto de renda e contribuição social e nº 3 Resumo das principais práticas e políticas contábeis, letra "J", a companhia possui o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e do adicional de 10%, não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2019 e se encerrando em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0135, de 29 de novembro de 2019, da SUDENE. Conforme disposição da Lei nº 11.638/2007, o valor correspondente à redução do imposto de renda e do adicional incidente sobre o lucro da exploração deve ser contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda e ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado deve ser transferida para a reserva de lucros, em atendimento ao item 15B do CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores:** O balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparabilidade, foram auditados por nós, com relatório emitido em 20 de fevereiro de 2025, sem ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade